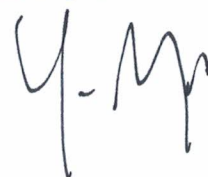


AUDIÊNCIA PÚBLICA – 02/08/22 – Concurso Público

Ao segundo dia do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Petrópolis, situada na Rua Visconde de Mauá, número oitenta e nove, no Centro de Petrópolis, o vereador Yuri Moura presidiu e deu início à Audiência Pública que debateu sobre o concurso público para a Educação, para o provimento de 877 vagas, incluindo as carreiras de professor, secretário escolar e educador infantil. O vereador Yuri Moura explicou que a audiência foi convocada pelo SEPE (Sindicato dos Professores de Petrópolis) para discutir sobre o edital que tem sido preparado por um grupo de trabalho do poder executivo e também sobre a carência de outros cargos e carreiras na Educação de Petrópolis, criação de novos cargos e discussão do PCCS da Educação. Informou que já estavam presentes os vereadores Mauro Peralta e Ronaldo Ramos, líder do governo na Câmara, convidou para compor a mesa a Sra. Adriana de Paula, Secretária Municipal de Educação, Sra., Aline Dias, chefe do Núcleo administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Sr. Ramon Pedro de Melo, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, Sra. Rosi Silveira, representando o SEPE-Petrópolis, Sr. Daniel Salomão, Coordenador do SEPE-Petrópolis, Sr. Luciano Mathias, Diretor Jurídico do SEPE-Petrópolis. O vereador Yuri Moura informou que convidou o SISEP mas que até aquele momento ainda não havia nenhum representante. Informou que Adriano Fonseca, Diretor de Recursos Humanos, da secretaria de administração, será representado pelo Sr. Ramon Melo. Lembrou que a audiência também está sendo veiculada pela plataforma E-Democracia e pelo Youtube. Solicitou que a Sra. Gabriela Bento, membro do mandato, contextualizasse o assunto. Gabriela iniciou a fala dizendo que o concurso público é uma exigência para provimentos de cargos e empregos no serviço público e que não se pode falar em efetivação de cargo público sem concurso. Em seguida apresentou o primeiro slide com as seguintes informações sobre a questão da exigibilidade do concurso público: “A Constituição Federal estabelece em seu artigo 37, inciso 2, o princípio da exigibilidade do concurso público para o provimento de cargos e empregos públicos, ressalvadas as nomeações para os cargos em comissão declarado em lei de livre nomeação e



exoneração. Este mandato popular, sempre atento com a pauta da Educação Pública, por intermédio dos trabalhos conjuntos do Sindicato dos Profissionais da Educação Pública de Petrópolis (SEPE) com a Comissão Permanente de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos (CEADH), presidida por este Vereador, indicou, por meio da indicação legislativa 9154/2021, a necessidade de realização de concurso público para reposição de vacâncias no âmbito da rede municipal de ensino.” No segundo slide, apresentou um breve histórico da carência de profissionais na Rede Pública do ensino e da necessidade da realização de concurso público, destacando os seguintes tópicos: “1-Contratação por RPA – Recibo de Pagamento Autônomo – A carência de profissionais na Administração Pública é fruto de aposentadorias, licenças permanentes ou temporárias e sobretudo ausência de concurso público. Para sanar a ausência de profissionais, a Administração Pública realizava, de forma reiterada, a contratação de profissionais por meio de RPA. Em 2019, a Ação Civil Pública (Processo nº 00282278-16.2019.0042) proposta pelo Ministério Público Estadual requereu o afastamento dos contratados por RPA da Administração Pública e a realização de concurso público no prazo de 180 dias. Nos autos do processo, foi proferida decisão judicial, com os principais pontos: determinação de afastamento imediato de todos os RPAS contratados exceto das secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social por se tratar de serviço essencial; determinação para data limite de efetivação do concurso público em data de 30 de junho de 2020 e dispensa dos RPAS que laboram na Educação, Saúde e Assistência Social; determinação para que a partir de 19 de novembro de 2019, o Município se abstenha de realizar contratações sob o critério RPA. Gabriela destacou que o RPA não é uma forma legalizada, é uma forma precária de contratação e que em 2019, considerando o cumprimento, a Secretaria de Educação informou nos autos da ação civil pública a existência de mil quatrocentos e quarenta e seis trabalhadores contratados pelo regime de RPA. No slide seguinte apresentou o histórico do cumprimento da decisão judicial e da constituição da comissão para concurso público e processo seletivo simplificado. Explicou que em 03 de dezembro de 2019 foi publicado o Decreto de nº 983 que dispõe sobre a constituição da Comissão Especial do concurso público com o objetivo de fiscalizar as fases do concurso público que possuía como objetivo contratar novos servidores para recomposição do quadro funcional municipal. Já em 24 de janeiro de 2020 foi publicada a Lei nº 7.931 que dispõe sobre a contratação por prazo determinado para atender à necessidade temporária mediante realização de processo seletivo simplificado e em 31 de janeiro de



2020 foi publicada a portaria nº 3.433 que dispõe sobre a constituição da Comissão de processos seletivos simplificados para contratação temporária. Gabriela frisou que no mesmo tempo que tinha uma comissão permanente para o concurso também efetivou uma lei para uma contratação mais rápida de profissionais e que nesse período teve a pandemia e o prazo final foi interrompido em 28 de junho por decisão judicial, mas com o avanço da vacinação começou a convocação do processo seletivo, em 24 de maio de 2021, e o retorno das aulas no sistema híbrido ocorreu em 24 de agosto de 2021. Destacou que a indicação legislativa 9482/2021 que normatizou o período de planejamento docente equivalente a um terço da jornada de trabalho do servidor docente pertencente ao quadro permanente ampliou ainda mais a necessidade de contratação de pessoal e que o retorno das aulas em 2022 ocorreu no dia 14 de fevereiro. Após estas explicações, apresentou um slide com a seguinte conclusão sobre a necessidade de realização de concurso público para professores e profissionais de apoio a Educação: “Antes da pandemia (Coronavírus), a Secretaria possuía mil quatrocentos e quarenta e seis profissionais contratados por Recibo de Pagamento Autônomo – RPA, dentre eles professores da educação básica e profissionais de apoio. Após o retorno das aulas no modelo híbrido, foram contratados aproximadamente mil profissionais para prestação de serviços de apoio à educação, além disso, os professores da educação básica do primeiro e segundo segmento foram convocados por meio de processo seletivo simplificado. Diante do breve histórico apresentado sobre a carência de profissionais da rede pública, confirma-se a necessidade urgente tanto de realização de concurso público para cargo de professor para o primeiro e o segundo segmento, quanto para os profissionais de apoio. Finalizando a apresentação, destacou que no edital do concurso e na revisão do PCCS é necessário a inclusão de psicólogos e assistentes sociais como prevê a lei de autoria do mandato popular, lei nº 8.316/22, que criou o “Programa Escola Acolhedora” para a rede municipal de ensino em consonância com a lei federal 13.935/2019 e dispõe sobre as necessidades desses profissionais nas escolas. Também é preciso incluir o mediador escolar conforme indicação legislativa 4199/2022 que dispõe sobre a necessidade da criação do quadro de mediador escolar no âmbito da administração pública para atuação na Educação especial e inclusiva. O vereador Yuri Moura frisou que o trouxe a todos até aqui é um histórico de abandono quanto à realização de concurso público no município. Lembrou que o último geral foi em 2012 e em 2015 para professores e cuidadores. Ressaltou que essa defasagem é por falta de planejamento, de cuidado com a própria Educação e até mesmo de um certo conforto principalmente na gestão de 2017 a 2020



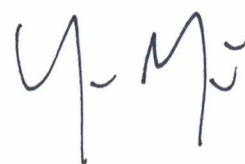
em criar uma política sistemática de RPA, precarizando os trabalhadores da Educação. Enfatizou que com a pandemia Petrópolis viveu um momento *sui generis* com uma Educação fragmentada, com três categorias: uma de concursados, outra de terceirizados, que trabalham de forma digna, mas estão vinculados a uma empresa e os professores na modalidade RPA, devido à urgência da Pandemia. Informou que a prefeitura já anunciou o concurso e que é preciso rever esses erros do passado, por falta de concurso público. Destacou que o concurso em duas etapas não consegue suprir a carência, não pode ser apenas com as categorias de professor, orientador e educador infantil. Disse que sabe das dificuldades do governo, mas que é fundamental que essas discussões sejam conversadas com os concursados atuais da Educação e com os que pleiteiam e que se encontram de forma não permanente na Rede. Salientou que o objetivo da audiência é tentar discutir esse edital que não foi publicado ainda e contribuir para repensar melhor como distribuir essas carreiras. Reforçou que sugestões podem ser feitas pela plataforma E-Democracia, pelo Youtube e agradeceu a presença dos internautas. Chamou então o vereador Ronaldo Ramos, líder do governo na Câmara que agradeceu a participação de todos e disse que esse debate é importante, que o governo está sempre aberto a debates para encontrar a melhor saída e que estava ali para contribuir. O vereador Yuri Moura passou a palavra para Rosi, do SEPE que perguntou quais vereadores estavam online e Yuri respondeu que nenhum. Ela então se disse surpresa quando vem a uma audiência relevante e os vereadores não se fazem presentes. Acredita que uma audiência pública é para todos estarem lado a lado discutindo, trocando ideias de igual para igual e esperava que os vereadores estivessem presentes, prestigiando todas as audiências que envolvem a Educação. Frisou que se não investir em Educação não se irá a lugar algum e que espera que os vereadores venham para a luta com o sindicato, a Secretaria de Educação, para que se possa alcançar os objetivos. Destacou que a educação pública não é só um direito de todos, mas uma obrigação de todo mundo, todos precisam cuidar da Educação. Rosi também fez uma saudação às companheiras do CEI Carolina Amorim que estão passando por uma situação difícil, mas que possuem um histórico profissional invejável. Sobre o concurso disse que a questão é simples e que sempre defendeu a mesma coisa: que a única porta de entrada para o serviço público é o concurso, todo o mais é precarização do serviço, como o RPA, que traz problemas de curto, médio e longo prazo e o principal problema é a falta de contribuição para o INPAS e que é preciso concurso para ter mais contribuintes para o INPAS e que não se pode ter mais de mil profissionais precarizados, pois é prejuízo



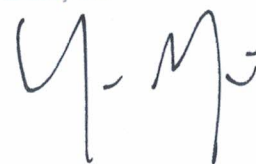
para o Instituto, os servidores são responsáveis pela saúde do INPAS e quem está no serviço público quer ser aposentado com dignidade e é preciso cuidar de fundo e a forma de cuidar é tendo mais contribuintes e que enquanto dividir essa despesa com o INSS é prejuízo para o INPAS, não se conseguirá sair do vermelho. Informou que há 700 educadores contratados e que isso é metade dos educadores que a rede precisa e isso precarização, que esses contratados não passaram por processo de formação e não tiveram nenhum critério de seleção, análise de currículo e depois, na prática, os problemas vão surgindo. Lembrou que a discussão é sobre pessoas que lidam diretamente com as crianças, na sala de aula, no acompanhamento e por isso devem ter mais critério para contratações. Salientou que o funcionário terceirizado sai mais caro que o concursado, porque nenhuma firma vai fazer negócio sem ter lucro e que estão gastando o dinheiro do FUNDEB, pagando lucro de empresas, e que é preciso dar um basta nisso. Citou que a terceirização também é um problema na Rede Estadual e enfatizou que tem que ter concurso público para todas as funções. Lembrou que existe essa vacância porque o último concurso foi em 2012 e a rede se movimentou, com aposentadorias, falecimentos, exonerações e que em alguns cargos existe um déficit enorme e só o concurso supre isso, mas que alegam que não abrem concurso para todas as vagas por causa da despesa, mas frisou que a despesa já está ocorrendo pagando a firma, os RPAS, e isso causa até problemas de criminalização, por causa da ilegalidade. Em relação ao PCCS disse que há necessidade urgente de revisão porque era para ser de dois em dois anos e isso não ocorreu como deveria ser. Destacou a importância do sindicato e da comissão de Educação fazerem parte da elaboração do edital do concurso porque vivenciam o outro lado da Rede e alertou que se não houver concurso não tem como iniciar o ano letivo de 2023, por isso a urgência do concurso ser no segundo semestre. O vereador Yuri Moura destacou que não dá para falar em concurso público sem discutir o PCCS e a reforma administrativa. Disse que tem dialogado com a administração da Prefeitura para questões como enquadramento dos servidores de várias carreiras que estão defasadas. Rosi interrompeu dizendo que há categorias, como a dos auxiliares de serviços gerais, que recebem menos de um salário mínimo. O vereador Yuri Moura concorda que o SEPE precisa participar de todo o processo e que assim poderá dar uma perspectiva para os RPAS fazerem o concurso público, para não ficarem nessa insegurança com essas mudanças de empresas. Passou a palavra para o vereador Mauro Peralta que destacou dois pontos da fala de Rosi do Sepe: sobre o INPAS, disse que o problema não é só o lucro da empresa, mas a falta de estabilidade, pois as crianças



precisam de alguém que se mantenha na escola, que para ele o RPA é um escravo e já deveriam ter parado com esse tipo de contratação. O segundo ponto é que o INPAS vai quebrar em 2028, independente do concurso, se nada for feito porque o instituto é regido pelo regime de repartição, que são quatro na ativa para cada servidor da reserva e que uma grande parte dos serviços da Prefeitura hoje não possui funcionários que contribuam com o INPAS e que esse regime precisa ser revisto. Em seguida a Sra. Adriana de Paula explicou que até 2016 foram convocados os aprovados nos concursos de 2012 e 2015 e que a Rede ainda tem carência de muitos profissionais, que é uma rede grande, mas que precisa ser ampliada, principalmente de 0 a 5 anos. Lembrou que Yuri citou três frentes de servidor, o concursado, o RPA, o terceirizado, mas que na verdade são quatro porque tem o processo seletivo, e que isso dificulta fazer uma educação de qualidade. Acredita na qualificação do profissional e concordou com Rosi sobre a forma como foram contratados que é preciso trabalhar a formação desse profissional e com esse contratado não é possível. Destacou a dificuldade de fazer um terço do planejamento e o profissional acaba tendo que fazer o RET, recebe por isso, mas não é obrigatório, porém ressaltou que o educador tem essa característica do comprometimento, mas que essa situação mostra que é preciso ampliar o quadro. Destacou que também houve precarização no ensino remoto, a forma como foi ofertada não foi adequada. Citou também que as chuvas de fevereiro e março desmobilizaram um pouco a elaboração do concurso, mas que é urgente a realização do porque essas frentes de trabalhadores não dão e por isso a necessidade de fatiar o concurso para que se consiga atender o mínimo da educação, para que a educação não trave. Informou que para isso tem trabalhado em conjunto com a administração e com a comissão. Informou que o documento de porte, que indica a quantidade de profissionais em cada unidade, também ficou parado por cinco anos, que está muito ultrapassado e voltou a ser discutido em novembro de 2021. Frisou esse documento é muito importante para a elaboração do concurso. Destacou que na revisão do PCCS, que deveria ser de dois em dois anos nunca aconteceu de forma democrática, e o que fizeram em 2017, foi um retrocesso, que ampliou ainda mais a carência porque mudou o regime de RET e desmotivou os professores, por isso a importância da revisão, já começou a discutir e acredita que alguns pontos são simples e se comprometeu a criar um grupo de trabalho para dar andamento. Acredita que isso tem que andar paralelo, uma coisa não pode prender a outra, a não realização do concurso inviabilizará 2023 e a revisão do PCCS vai contribuir para o avanço da categoria. Finalizou a fala dizendo que todo o retrocesso



que tivemos com os dois anos de pandemia, as tragédias, só serão recuperados com a qualificação dos profissionais da Educação, que temos que recuperar esses dois anos de apagão, não só na Educação, mas em muitos setores. O vereador Yuri Moura destacou que não são apenas os dois anos de pandemia que trouxeram retrocessos, mas na verdade quatro anos, porque entre 2017 e 2020 não teve concurso público, veio a pandemia e os RPAS foram afastados e não receberam nem uma cesta básica da Secretaria de Educação. Já não tinham direitos e foram para casa sem nenhum apoio, e ainda teve a aprovação da diminuição do RET, que considera uma vergonha para a Câmara e o estrago só não foi maior porque o SEPE é resistente. E agora é preciso rediscutir esse anúncio de 877 vagas para professores, secretários e educadores infantis, é preciso entender como será esse escalonamento, sabemos que fazer o concurso por etapa foi decidido depois de estudos da categoria e da área financeira, e perguntou a secretaria se ainda temos tempo de rediscutir isso para que o concurso não contemple apenas esses cargos. Sra. Adriana explicou que no período de aulas remotas, com a Plataforma educa em casa a diretora era o único vínculo com as famílias e nesse momento não se discutiu o concurso público e de que forma essas carências seriam supridas, só começaram a pensar nisso no semipresencial, em setembro de 2021 e com o retorno presencial, sem uma grande parte de profissionais, problemas de questões orçamentárias percebeu-se que era preciso fatiar o concurso para dar continuidade a educação, porque não há professores suficientes se não fizer agora não haverá o prazo, o trâmite legal pra convocação e atuar em 2023. O vereador Yuri Moura perguntou a secretária de Educação se há possibilidade, quanto à escolha dos cargos, de ter alteração, porque a rede tem outras demandas além dos cargos de professor, secretário escolar e educador infantil, precisa, entre outros, de inspetores escolares. A secretaria respondeu que esse quantitativo de cargos necessários é definido em parceria com a secretaria de administração. Rosi, do SEPE, comentou que a escola não funciona sem outros atores, como por exemplo, cozinheira, auxiliares de serviço gerais e que há um déficit de profissionais e apoio e que a Educação está sofrendo uma crise por falta de cuidadores de alunos especiais e que com o valor pago aos estagiários não conseguem contratar acompanhantes. Destacou que é preciso rever esse quadro para que se comece o ano letivo com o mínimo de qualidade. Ressaltou que a rede municipal não em professores para as crianças de 0 a 3 anos, apenas educadores infantis e que estes deveriam ter o reconhecimento da formação e receber uma gratificação pela regência de turmas. O vereador Yuri Moura destacou que durante os três da gestão de Zé Luiz, na



secretaria de Educação durante o governo interino, muitos erros foram corrigidos, como o aumento do RET, implementação de um terço do planejamento, dois rateios do Fundeb. Também destacou que começaram as discussões sobre o documento de porte, de uma maneira bem democrática e promoveu discussões sobre pobreza menstrual que beneficiou 11.000 meninas. Em seguida leu os comentários de alguns internautas e informou que já havia mais de 500 interações na plataforma. Passou a palavra para o SR. Daniel Salomão, coordenador do SEPE, que iniciou a fala agradecendo todo o trabalho feito pela categoria no período de pandemia e na catástrofe ambiental que se abateu em Petrópolis e que não acabou porque ainda está na fase de acolhimento dos alunos que sofrem com tudo isso. Ressaltou a necessidade da reposição efetiva da Educação e que a precarização contribui para o afastamento do profissional através de licenças de saúde e que muitas vezes não voltam, e que muitos desistem por causa da baixa remuneração e que é preciso no concurso também rever essa remuneração e que por mais que o terceirizado cumpra sua função não tem um potencial de carreira como um servidor. Destacou a importância de aumentar o número de contribuintes para o INPAS e que essa defasagem pode prejudicar os aposentados e é preciso também zelar por eles, por isso defende a captação de recursos. Salientou que é preciso saber de onde vem os recursos para pagar a empresa terceirizada porque o dinheiro do FUNDEB é para os profissionais de educação, mas acaba uma parcela indo para o lucro da empresa e também o vale alimentação tem que ser regularizado desde que não retire recursos do aluno. Reforçou a importância da criação do GT de revisão do PCCS que deve interagir com a comissão que elabora o concurso, para evitar erros. Em seguida o secretário Ramon lembrou que o atual governo iniciou no final de 2019, que não teve uma transição adequada, que com a tragédia foi decretado estado de emergência e com isso, os trabalhos da comissão que foi formada para elaborar o conjunto teve seus trabalhos prejudicados. Frisou que apesar das dificuldades, o Diretor de RH e presidente da comissão, Adriano Fonseca, tentou conduzir a comissão. Disse que a situação financeira encontrada era muito difícil, havia um comprometimento grande do orçamento e que está aguardando o recebimento da quarta parte do ICMS, mas que a situação financeira é preocupante, que a arrecadação caiu muito e que por isso entende que fazer um concurso público fragmentado nesse momento é necessário porque o processo de elaboração de um edital é lento, mas que o governo não se furta de estabelecer as conversas necessárias e se comprometeu que assim que tiver o edital mais claro irá convocar SEPE, SISEP e Câmara para em curto espaço de tempo fazer uma discussão




ampla desse edital a partir do entendimento da prefeitura. Disse que pelo cronograma que estão organizando não pode perder tempo, a prova deve ser em dezembro, para os concursados iniciarem em fevereiro. Informou que será enviado à Câmara um projeto de lei para encurtar o cumprimento dos prazos para adequar ao cronograma e que o governo está aberto ao diálogo com a categoria. O vereador Yuri Moura então solicitou que o secretário deixe informado de forma clara se existe a possibilidade de uma redefinição dos cargos. Ramon se comprometeu que vai encaminhar o edital antes de ser publicado para SEPE, SISEP e Câmara para que todos possam se manifestar. O vereador informou que já havia 650 interações na plataforma e muitos questionando sobre as negociações do dissídio dos servidores e disse que acredita que essa audiência também seria uma oportunidade para abordar esse assunto explicou que, como vereador pode participar das negociações, mas que quer aproveitar o mandato para contribuir. Rosi disse que concorda com agilizar os prazos para executar concurso e que os salários da categoria estão defasados, alguns abaixo do mínimo e que é preciso dar publicidade à intenção do Governo em fazer as reposições necessárias. Ramon afirmou que o governo tem a intenção, mas tudo vai depender da arrecadação e que o prefeito, através da secretaria de fazenda, está realizando estudos para tentar um percentual para a categoria. Em seguida Daniel solicitou ao secretário de administração que em um próximo encontro apresente os dados financeiros por escrito, de forma clara, pois acredita que essa transparência é necessária para discutir o dissídio. O vereador Mauro Peralta acredita que o prefeito dar o reajuste porque a arrecadação já aumentou e Rosi lembrou que o dissídio é retroativo a primeiro de julho e deixou claro que o sindicato está negociando e enfatizou que esse reajuste é urgente nesse momento porque com a pandemia muitas pessoas se endividaram. O vereador Yuri Moura então leu as seguintes reivindicações do SEPE: revisão da perda salarial no valor de 20 por cento; descongelamento do enquadramento por tempo de serviço e por formação; concessão de vale-alimentação conforme previsão estatutária; redução da carga horária dos profissionais não docentes de quarenta para 30 horas; concurso público para todos os cargos da Educação; revisão do PCCS da Educação; alteração do trabalho do secretário escolar e equiparação; gratificação de regência para o educador infantil com a devida formação; auxílio tecnológico; revisão de gratificação das equipes gestoras escolares; gratificação da periculosidade e insalubridade das cozinheiras escolares; revisão de carga horária e vencimento do intérprete de libras; revisão da situação do instrutor de libras; regulamentar o atendimento dos profissionais da saúde nas unidades escolares;



regulamentar o não desconto das horas por não comparecimento com esclarecimento; licença remunerada para capacitação dos servidores da educação; modificação de treze para doze tempos de regência de classe em cada matrícula; garantir um terço do planejamento; revisão do prazo de acompanhamento de pessoas da família; revisão do ret; negociação do pagamento de triênios atrasados em processo judicial; negociação do um terço de planejamento em processo judicial; negociação dos atrasados de 6,2 por cento de reajuste salarial, também com processo judicial. O vereador Yuri Moura reforçou o apoio à categoria e para retomar o debate sobre o concurso público para Ramon que comentou que a diminuição do ICMS nos combustíveis prejudica os municípios e Yuri concordou e que isso foi uma manobra eleitoreira do Governo Federal que não se preocupa com os municípios, mas que mesmo com esses problemas financeiros acredita que o dissídio tem que ser justo. O vereador Hingo Hammes, online, parabenizou a secretaria de educação e discordou de Ramon e quanto à arrecadação, mas que isso seria discussão para outro momento que está à disposição para esclarecer essa questão e mostrar o que avançamos em arrecadação. Em seguida passou a palavra para Aline Dias disse que estão está elaborado e edital com pessoas preocupadas com servidor e sempre em constante diálogo. Rosi destacou que é preciso fiscalizar a firma porque há informação e que não está repondo funcionários licenciados. Sr. Luciano Mathias, diretor jurídico do SEPE, disse que a falta de ações objetivas que supram a necessidade do município fez com que chegássemos a essa situação e que esse número disponibilizado no edital não resolve o problema da Educação, é preciso rever essas vagas, aumentar e expandir para as demais categorias, não podemos continuar com a precarização temos que ter uma continuidade de soluções, para além do mandato do prefeito. Yuri abriu a palavra ao plenário e Vania Pereira, educadora, a favor do concurso, firmou que tem que ter os outros cargos para a escola funcionar, como inspetores, cozinheiras, se não querem continuar a política de contrato, tem que abranger outros cargos e pediu que a secretária repense. O vereador Yuri Moura leu os comentários de alguns internautas e depois leu os seguintes encaminhamentos: participar da discussão sobre o edital; incorporação de todos os cargos nesse edital; avaliação para expandir o número de vagas; discussão mais ampla sobre o PCCS; apresentação da nova proposta do documento de porte. Passou para as considerações finais. Rosi disse que há uma expectativa dos trabalhadores e dos petropolitanos que precisam de emprego e destacou a importância de se manter o diálogo, que o documento de porte tem que ser votado em agosto. Sr. Daniel destacou



que a falta de profissionais sobrecarrega os outros e é preciso valorizar o servidor. Sr. Ramon agradeceu a todos e disse que o governo está aberto ao diálogo. O vereador Mauro Peralta disse que a secretaria deveria explicar a situação em que encontrou a Educação, que se quer sabiam quem iria trabalhar e que é preciso fiscalizar essa firma, se não está repondo funcionários e que o concurso resolve o problema da repartição do INPAS e tem certeza que de que haverá o dissídio. Adriana destacou que o concurso pode ser a chance de servidores mudarem de cargo e que vai ter concurso que vai qualificar Educação do Município. O vereador Yuri Moura confirmou os seguintes encaminhamentos: rediscussão do edital e compromisso do governo de dialogar sobre essa proposta para rever o número de vagas e aumento de cargos; rediscussão do PCCS, que também passa pela discussão do dissídio e precisa de uma resposta rápida do governo e até agosto apresentar o documento de porte. O vereador Yuri Moura agradeceu e declarou encerrada a referida Audiência Pública.



VEREADOR YURI MOURA